

Artigo



“APERTAR OS CINTOS”: TRABALHADORES E ESCASSEZ EM PORTO ALEGRE (1942 – 1945)

Fernando Cauduro Pureza*

Resumo:

O seguinte artigo tem como propósito estruturar o quadro geral de problemas econômicos que afligiram os trabalhadores de Porto Alegre durante o período que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, centrada principalmente na escassez de alimentos. No entanto, ao invés de discutir a economia como um processo onde os atores sociais estão passivos, o objetivo aqui é visualizar uma noção de economia mais próxima dos próprios trabalhadores, construída pelas suas experiências na vida doméstica.

Palavras-chave: Trabalhadores, Porto Alegre, Escassez.

Abstract:

The following article has got the purpose to structure the picture of economical problem that affected the workers of Porto Alegre during the time that Brazil entered in the Second World War, focused mainly on the shortage of food. But, instead of discussing economics as a process where the social actors are passive, the objective here is to visualize a notion of economy closer to these workers, constructed by their experiences in the domestic life.

Keywords: Workers, Porto Alegre, Shortage.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de “relações sociais de dominação e resistência”. A dissertação “Economia de guerra, batalha da produção e soldados operários: o impacto da Segunda Guerra Mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942 – 1945)”, é orientada pela prof^a Silvia Regina Ferraz Petersen.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 14/15	175–195	2008
-----------------	---------------	----------	---------	------

Este ensaio visa discutir uma temática ainda pouco estudada dentro da historiografia do trabalho: os problemas do custo de vida do operariado brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. O enfoque, no entanto, se concentra na cidade de Porto Alegre, contrastando com algumas discussões mapeadas por autores como Roney Cytrinowicz, Hélio da Costa e Ângela de Castro Gomes cujo recorte espacial voltava-se para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Na verdade, o tema fora explorado inicialmente por Alexandre Fortes no capítulo 2 (“Caminhos Cruzados”) de seu livro “Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas”. Nesse capítulo, Fortes revela, através de um relatório do consulado norte-americano na cidade, que havia uma forte preocupação para com o aumento incessante dos gêneros alimentícios na capital gaúcha, citando que “muitas das famílias não podem se permitir a melhor qualidade do arroz, café, ou banha, e não pode comprar manteiga regularmente, mas todos compram a maioria destes itens com alguma constância ao longo do ano” (FORTES, 2004, p. 73).

No entanto, avaliando outras fontes, pode se deduzir que uma das primeiras referências de como a escassez de produtos afetava a vida dos trabalhadores de Porto Alegre fora encontrada em ata de uma assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre ocorrida no dia 4 de agosto de 1942. O quorum de sócios presentes era baixo, mas o presidente do sindicato, José Baldolino de Freitas, considerava-o suficiente para que se desse início à assembléia. Porém, havia uma diferença nos pontos de pauta dessa assembléia, que não trataria apenas das questões relativas à organização sindical: em discurso do próprio presidente, os membros decidem que a entidade enviará uma moção ao Tribunal Regional do Trabalho acerca da falta de gasolina na cidade e como ela estava atrapalhando os trabalhadores de Porto Alegre. Não apenas isso, mas pedia também que os sócios ali presentes mandassem seus documentos e seus endereços para o Delegado Regional do Trabalho, o senhor Paranaguá de Andrade. Com a posse dos endereços dos trabalhadores, o delegado poderia

então calcular o trajeto de ônibus que os empregados tinham de fazer para chegar aos seus empregos.¹

Pode se inferir que com ordenados mensais de 240 mil reais – possivelmente sem condições de adquirir um automóvel – a preocupação dos trabalhadores com a gasolina estava voltada diretamente para o gasto mensal em transporte público.² Mesmo os automóveis movidos à gás – os simpáticos e nada práticos “gasogênios” que foram massivamente construídos durante o período – ainda não faziam parte da realidade cotidiana dos trabalhadores, sendo vistos apenas de forma irônica enquanto uma forma de transporte nada elegante e bem menos potente.³ Portanto, o caos estabelecido se dirigia principalmente à tentativa de desativar os ônibus da capital gaúcha enquanto a guerra durasse, obrigando boa parte da população urbana a recorrer aos bondes.⁴

Entretanto, é notório que a falta de gasolina se fazia sentir em outro setor importante da economia porto-alegrense que era o transporte de mercadorias para a capital. Já durante o mês de abril do mesmo ano, com a falta de banha na cidade, é que se pode falar dos primeiros impactos mais concretos da escassez

¹ A descrição dessa assembléia foi baseada na Ata nº 8 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de 04 de agosto de 1942. *Livro de Atas do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre*. Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, p. 11-13.

² Registro acerca dos índices do salário mínimo do período disponível no endereço eletrônico: www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf. Consultado pela última vez em 1 de setembro de 2008, às 21:00h.

³ Roney Cytrinowicz enfatizara como o gasogênio era visto como um veículo “pobre”, já que o gás de carvão que o movia reduzia a potência do motor. Ainda assim, o governo Vargas não viu nisso um impedimento para criar a Comissão Nacional de Gasogênio já em fevereiro de 1939. Ver: CYTRINOWICZ, 2000, p. 72-73.

⁴ Em junho de 1942, já depois de definidas inúmeras quotas de racionamento para a gasolina, que a Companhia Carris, responsável pelos ônibus da capital, decide tirar os automóveis de circulação, deixando apenas os bondes para atenderem a população. Ver: “Falta gasolina e faltam gasogênios”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 04/07/1942, p. 4.

atingindo os trabalhadores porto-alegrenses.⁵ Se a gasolina não atingia os seus bolsos e estômagos diretamente, indiretamente a sua escassez vinha prejudicando a relação entre produção e circulação em todo o Estado.⁶ Ela se tornara artigo de luxo a ser poupado para aviões, navios e até mesmo veículos motorizados em situação de guerra. No entanto, a rede comercial que abastecia os mercados urbanos fora atingida pela falta de gasolina, prejudicando a circulação de mercadorias como o trigo, o arroz e a carne bovina, que inclusive eram produzidos no Estado como artigos de exportação.

É correto afirmar que os aumentos no custo de vida não eram exatamente uma novidade ao operariado. O trabalhador urbano no Brasil vivenciava uma situação limite de um ordenado que nem sempre lhe garantia um poder de compra suficiente para sustentar a sua própria economia doméstica. Durante as décadas de 20 e 30 em São Paulo, Maria Auxiliadora Guzzo Decca demonstrara que, de fato, o custo de vida era um problema central da vida dos trabalhadores da cidade, sendo objeto de estudo de diversos sociólogos do período, interessados em “racionalizar” a produção e a vida do operariado.⁷ Gláucia Konrad, em pesquisa recente, estudou as manifestações contra o alto custo de vida em Porto Alegre, meses antes da guerra ser declarada na Europa, em maio de 1939, além de outros problemas como o da carne em Santa Maria e do custo de vida em Carazinho (KONRAD, 2006, p. 158-174). Em Porto

⁵ “A falta de banha explicada por um varejista local”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 05/04/1942, p. 5.

⁶ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, partindo da questão do abastecimento, concluem que é necessária a interação entre três elementos centrais para o seu estudo, sendo eles a produção, a circulação e o consumo (envolvendo também a questão da distribuição/centralização da renda, pois, se em determinados momentos desaparecem certos produtos indispensáveis, na maioria dos casos existem gêneros, o que falta é dinheiro). Para mais, ver: LINHARES; SILVA, 1979, p. 18.

⁷ É interessante notar também que entre os trabalhos dos sociólogos que analisavam o custo de vida da classe operária havia uma defesa do estabelecimento de um salário mínimo já nos anos de 1931-1932. Ver: DECCA, 1987, p. 52-55.

Alegre isso não era diferente. Bastaria lembrar o personagem literário do médico e escritor Dyonélio Machado, no romance “Os Ratos” (1935). O protagonista, Nazazieno Barbosa, funcionário público porto-alegrense, acaba endividando-se com o seu leiteiro e não possui dinheiro sequer para conseguir suprimentos básicos para a sua esposa e filho. O desenrolar do romance – uma trama psicológica extremamente profunda e que investiga toda a ansiedade de um indivíduo vivendo no limiar da sobrevivência por um dia – aponta todos os percalços do humilde funcionário público em conseguir a soma necessária para pagar a sua dívida.

Toda essa odisséia do personagem remete à idéia de “insegurança estrutural”, definida pelo historiador britânico, Mike Savage. O autor defende uma caracterização da classe trabalhadora apoiada nessa noção, em contrapartida a concepções marxistas e weberianas acerca do conceito de classe trabalhadora. Assim, para Savage, os trabalhadores são privados dos meios de subsistência no modo de produção capitalista, sendo constrangidos a buscarem estratégias para lidar com “a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências” (SAVAGE, 2004, p. 33-34).

A idéia de Savage é bastante ousada e talvez ainda problemática, já que as determinações que implicam nessa “insegurança estrutural” parecem ficar em um segundo plano. Um exemplo disso seria a própria relação de trabalho onde os homens são lançados dentro da sociedade capitalista, impelindo-os à condição de produtores de mercadoria e, portanto, condicionando-os a terem de elaborar estratégias de sobrevivência.⁸ Mas ainda assim, o autor parece

⁸ Savage considera a questão acerca do valor do trabalho um tanto quanto complexa diante de uma historiografia de abordagem feminista que vem ressaltado a questão do trabalho doméstico. Ainda assim, pode se sustentar que mesmo o trabalho doméstico é um trabalho a serviço do capital, voltado à reprodução da própria força de trabalho, atuando no âmbito privado das relações sociais. Como ressalta o sociólogo Ricardo Antunes, “sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil, as condições de

indicar um interessante caminho que pode se somar à caracterização do trabalho como categoria central na conceitualização do proletariado e que diz respeito principalmente ao ambiente doméstico.

Essa discussão não é exatamente nova e implicou outras questões, como por exemplo, a discussão sobre “padrão de vida” e “modo de vida” que Edward Thompson teria se envolvido contra historiadores e economistas liberais ingleses acerca da Revolução Industrial. Para o historiador britânico, o “padrão de vida” seria uma medida quantitativa e estatística voltada para o consumo da classe trabalhadora, enquanto o “modo de vida” implicaria na própria visão da classe acerca de sua vida. Se uma análise mais quantitativa demonstraria que o consumo crescera, uma análise mais qualitativa poderia demonstrar que esse aumento não implicaria diretamente em uma melhora da qualidade de vida. Nas palavras de Thompson, “o povo pode consumir mais mercadorias e sentir-se menos feliz ou livre ao mesmo tempo” (THOMPSON, 1988, p. 37).

É difícil dizer precisamente se os trabalhadores brasileiros estavam realmente consumindo menos mercadorias diante da conjuntura de guerra e mesmo saber que mercadorias faziam parte de sua rotina doméstica.

No entanto, com a chegada da guerra, a situação realmente se tornara mais drástica. Referindo-se ao Rio de Janeiro, Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Antônio de Oliveira afirmavam que do período de 1937 a 1943, o operariado da indústria teve um aumento do salário de 51% em relação ao aumento do custo de vida em 176% (LOBO, 1992, p. 110). Em Porto Alegre, ao que tudo indica, esse quadro não era diferente. A imprensa mostrava-se bastante preocupada sobre o quão baixo era o padrão de vida tanto de industriários como de comerciários diante da alta de preços decorrente da guerra. Uma pesquisa realizada pela Associação Comercial de Porto Alegre sobre a alta do preço dos

reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas.” Para mais, ver ANTUNES, 2006, p. 105-111. Sobre a elaboração de estratégias de sobrevivência dos operários, ver SILVA, 1984.

produtos ganhou amplo destaque no jornal *Correio do Povo* de 25 de outubro de 1942. A pesquisa tomava como base os gastos médios de uma família de 5 pessoas, consumindo 20 kg de carne com osso, 12 kg de arroz, 15 kg de feijão, 30 litros de leite, entre outros produtos e comparava os mesmos gastos de 1942 com os gastos de 1935. O saldo total do custo de vida calculado era de 880.700 réis, sendo que em 1935 esse mesmo gasto seria 559.200 réis, indicando um aumento de 57,5%. É claro que, diante da conjuntura política, o jornal ainda defendia uma solução “pacífica” para a crise, apostando na “harmonia que reina entre as duas classes – capital e trabalho”. Porém, a mesma notícia ainda enfatizava que um custo de vida de 900 mil réis (apenas contando com “quantidades mínimas e estritamente necessárias”) não contemplava a maioria dos comerciários, que recebiam apenas 240 mil réis de salário enquanto auxiliares.⁹

Mas o que a notícia também ajuda a revelar é que mesmo antes da guerra, a classe trabalhadora tampouco conseguiu manter o padrão mínimo de vida na relação entre consumo e salário. Por outro lado, nem sempre esse limiar da sobrevivência vivenciado tirava o sono dos trabalhadores. Alexandre Fortes, em sua pesquisa sobre os trabalhadores do Quarto Distrito de Porto Alegre, transcreve o depoimento do operário tecelão Abrelino Freitas, identificado como um “sindicalista conservador” que afirmava que “a condição de vida da família [...] assalariada depende muito da organização da própria família. [...] Se tirava da cooperativa o necessário pra alimentação da família. [...] Aquele salário que era pequeno, na época, se tornava grande pelas facilidades que tinha”.¹⁰

⁹ “Quanto precisa uma família para o seu sustento mensal?”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 25/10/1942, p. 4.

¹⁰ Entrevista feita por Alexandre Fortes com Abrelino Freitas em 12/01/1996. Citado em FORTES, 2004, p. 74-75.

É válido salientar que Fortes adverte o leitor de que essas memórias coletadas por ele “tendem a subestimar as restrições ao poder de compra do trabalhador, e a generalizar uma visão favorável sobre o período, confrontado com as dificuldades atuais.” (FORTES, 2004, p. 73). Outras fontes corroboram o ponto de vista do historiador, mostrando a relação entre renda familiar e custo de vida dos trabalhadores. Uma tabela de salários divulgada pelo Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, antes da entrada do Brasil na guerra, comparava salários rurais e urbanos, mostrando que os operários homens recebiam 7.000 réis por dia, enquanto as operárias mulheres recebiam apenas 5.000 (sendo que os menores de idade recebiam 3.000). Os comerciários, por sua vez, recebiam 200 mil por mês, o que apontaria então para a conclusão de que os operários do sexo masculino recebiam 248 mil réis mensais – trabalhando seis dias por semana.¹¹

Os comerciários eram responsáveis por grande parte das reclamações publicadas na imprensa através dos líderes de seu sindicato, tentando mostrar que o padrão de vida da categoria era pior do que o dos operários, confirmando que seu salário não sofrera alteração substancial nos últimos 10 anos (na verdade, a alteração salarial havia sido de Cr\$ 80,00 desde 1942, já depois da conversão monetária em Cruzeiros), enquanto o custo de vida subia para mais de 90%. Não se tratava, no entanto, de competir com os trabalhadores fabris, mas de mostrar que suas condições de vida não eram menos complicadas. O temor generalizado era o mesmo na opinião do representante do sindicato dos comerciários, Cristiano Costa: de que os trabalhadores do comércio não fossem apenas “presas fáceis da tuberculose” com a péssima alimentação que tinham, mas também que se tornassem inúteis e que produzissem cada vez menos.¹²

¹¹ “Média do salário dos trabalhadores rurais e urbanos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 09/08/1942, p. 5.

¹² “A miséria ronda os empregados no comércio”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 16/06/1943, p. 2.

Pode se inferir a partir daí que, mesmo noticiando a suposta harmonia entre capital e trabalho, a imprensa gaúcha parecia mais interessada na redução dos custos da mão-de-obra dos trabalhadores gaúchos. A tendência inflacionária poderia levar a um aumento de salários e não faltavam editoriais clamando para que os “atravessadores” que encareciam os preços dos gêneros alimentícios fossem devidamente punidos.¹³

Outros veículos de imprensa como a Revista Orientação Econômica e Financeira – cujo industrial A. J. Renner fazia parte do conselho editorial – por sua vez, tinham opiniões mais radicais, como a idéia exposta em um artigo de maio de 1944 que sugeria que os trabalhadores tivessem chácaras onde trabalhariam na terra, sendo que ao mesmo tempo que aumentariam as calorias de sua dieta assim como poderiam também achar uma “distração”.¹⁴ Esse artigo parece revelar uma posição bastante comum, já que três meses depois de sua publicação o próprio governo do interventor Ernesto Dornelles defendera posição semelhante, prometendo conceder granjas aos ferroviários que trabalhavam na Viação Férrea do Estado para enfrentarem a alta do custo de vida.¹⁵

No entanto, o trabalho do antropólogo José Sérgio Leite Lopes revela que, por mais “radical” que possa parecer essa iniciativa, ela revela uma face muito específica da formação do mercado de trabalho no Brasil que incumbiu muitas vezes os próprios trabalhadores de arcarem com parte do seu custo de reprodução. Ao terem de trabalhar uma parte de seu tempo livre na terra para garantir sua subsistência, esses trabalhadores fabris tinha uma extensão da

¹³ “O preço da carne”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 16/07/1944, p. 4.

¹⁴ “Um aspecto do problema da carestia”. *Revista Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre. Ano II. n. 24, maio de 1944. Acervo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 8-9.

¹⁵ “Amparo aos ferroviários”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 20/08/1944, p. 22.

jornada de trabalho em seus próprios lares (LOPES, 1976, p. 116-118). No seu clássico estudo chamado “Crítica à razão dualista”, Francisco de Oliveira revela que um dos maiores problemas da implementação do salário mínimo em 1938 foi de que não conseguira resolver os problemas do custo de vida dos trabalhadores, mas que tampouco tinha tal pretensão, mesmo que seu objetivo fosse criar um “salário de subsistência”, ou seja, um salário a serviço somente da reprodução de mão-de-obra. O grande problema que então surgiu ao Estado Novo foi a elevação cada vez mais rápida do custo de vida em relação aos salários... Logo, economicamente, o padrão de vida da classe operária sofrera um baque, sendo reduzido ao mesmo tempo em que era nivelado. Dessa forma, a solução por um espaço onde os trabalhadores pudessem cultivar a terra reflete duas tendências: a insuficiência do salário mínimo para garantir a reprodução do operariado urbano e a tentativa de Estado e burguesia repassarem para ele esse custo através de uma extensão de sua jornada de trabalho sem qualquer remuneração.¹⁶

Mas a doação de “granjas” aos trabalhadores não foi a única iniciativa do Estado para responder à escassez. Barbara Weinstein revela alguns dos órgãos criados no período para buscar reduzir o custo de reprodução da mão-de-obra brasileira, onde talvez o mais famoso tenha sido o Serviço de Alimentação e Proteção Social (SAPS), criado em 1940. O SAPS era uma seção de subsistência que não apenas buscava baratear preços de alimentos, mas que também visava pressionar as empresas com mais de 500 funcionários para a implementação de refeitórios aos seus trabalhadores, segundo o decreto-lei

¹⁶ Ver OLIVEIRA, 2006, p. 36-38. Em um texto mais recente sobre a questão habitacional no Brasil, Oliveira defende a idéia do custo de reprodução da mão-de-obra ser repassado de alguma forma aos trabalhadores no Brasil, sendo que os mutirões de construção civil em favelas e comunidades carentes seriam a expressão mais concreta disso atualmente. Ver: OLIVEIRA, 2006. Acessado em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100005&lng=pt&nrm=iso em 3 de setembro de 2008.

1238 de maio de 1939.¹⁷ Há ainda outros órgãos como a Coordenação de Mobilização Econômica, criada em setembro de 1942 e a Comissão Nacional de Alimentação, criada em fevereiro de 1945, que também podem ser incluídas entre algumas das iniciativas do Estado Novo em criar organismos competentes para lidar com a alta de preços dos gêneros alimentícios.

Além dessas medidas, não se pode esquecer que o período da guerra era também um momento de consolidação da ditadura do Estado Novo entre os trabalhadores. A repressão ao movimento operário que não fosse alinhado ao governo ainda era bastante ativa, incluindo aí o papel do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que vigiava a correspondência dos sindicatos e dos partidos clandestinos.¹⁸ No entanto, no Rio Grande do Sul, um caráter diferenciado da atuação do DOPS ainda não é bastante conhecido. Trata-se da Seção de Ordem Econômica (SOE), uma seção voltada para o combate aos atravessadores e ao mercado-negro, cabendo-lhes autuar os comerciantes que violassem os preços tabelados segundo o decreto-lei 869 de novembro de 1938 que definia os crimes contra a economia popular.¹⁹ Essa medida, aparentemente

¹⁷ Em janeiro de 1945 surgiu um novo decreto-lei afirmando a necessidade de fábricas com mais de 300 operários criarem postos de subsistência aos seus trabalhadores para vender produtos de primeiras necessidades, como feijão, arroz, macarrão e carne seca. Para mais, ver WEINSTEIN, 2000, p. 126.

¹⁸ A seção gaúcha do DOPS interceptava algumas das correspondências entre a seção de São Paulo e a de Porto Alegre no período. Ver: “Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social de Porto Alegre sobre a situação do comunismo”. Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro, Coleção Polícia Política, Setor Estados: Rio Grande do Sul, Pasta 19 B, 4 de maio de 1943, p. 410-417. Ver também a acusação do Sindicato da Construção Civil contra a polícia civil registrada no processo-crime de LUIZ ASSUNÇÃO (et. al.), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, nº 7018, maço 346, estante 29, Porto Alegre, agosto de 1942.

¹⁹ “Por meio de um órgão especial, a polícia está reprimindo o mercado negro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 28/11/2008, p. 20.

excessiva, mostra o grau de preocupação do Estado (tanto em âmbito estadual como federal) com o problema do custo de vida entre os trabalhadores urbanos brasileiros.

Há ainda um outro conjunto de medidas que foram colocadas em prática, visando combater o problema da escassez de alimentos e da alta de preços. Os armazéns do SAPS em Porto Alegre passaram a garantir um estoque mais barato reservado aos trabalhadores sindicalizados, desde que eles fossem retirar um cupom na sede dos representantes de sua categoria.²⁰ É difícil calcular se essa medida fora realmente efetiva dentro de seu intuito de aumentar o número de trabalhadores sindicalizados. No entanto, ela revela a preocupação direta do governo Vargas com o custo de vida ao mesmo tempo em que expõe mais um aspecto da sua proposta de sindicalização dos trabalhadores dentro do projeto trabalhista.²¹

Sem saber ao certo qual o grau de envolvimento dos trabalhadores no projeto trabalhista na época e o quanto as vantagens econômicas da sindicalização os afetaram, como pode se estabelecer suas ações no período? É válido ressaltar que, no final de 1944, o salário mínimo já atingia a casa dos 380 cruzeiros, subindo em relação aos 240 mil réis (equivalentes a 240 cruzeiros) de antes da guerra, totalizando um aumento no salário de 58,3%. No entanto, o preço dos gêneros alimentícios também disparara. A renda familiar pode ter aumentado consideravelmente, mas os preços aumentavam em uma margem

²⁰ “Entendimento para a instalação de um restaurante popular em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 25/12/1943, p. 20.

²¹ Sobre o investimento material do Estado Novo na questão sindical, Ângela de Castro Gomes cita como exemplo a criação de um espaço na Hora do Brasil feito apenas para o ministro do trabalho Alexandre Marcondes Filho tirar dúvidas sobre a nova legislação sindical. Além disso, a autora também ressalta que houvera um aumento de 1,8 para 3,8% na alocação de verbas para a pasta do ministério do trabalho, indústria e comércio a partir de 1940. Ver: GOMES, 1988, p. 268-271.

inflacionária impressionante. Alguns produtos como a banha, o açúcar refinado e a manteiga atingiram aumentos que variavam de 96 a 56% no período que vai de 1939 a 1945.²² A mesma carne com osso que custava 1,60 cruzeiros o quilo em 1939 aumentara para 2,80 cruzeiros em 1945.²³

Alguns produtos ganhavam mais destaque na conjuntura da escassez, sendo que carne e leite eram os principais para a imprensa porto-alegrense. O cronista Fernando Borba, do *Correio do Povo*, ironizava a situação dos trabalhadores em uma crônica de julho de 1942, intitulada “O Leite e o Bife”, onde afirmava ironicamente que “Bife macio não foi feito para gente pequena e o leite é privilégio, em época de escassez, de pessoas robustas de corpo e de algibeira”.²⁴ Poderia se presumir, a partir dessa frase, que o cronista não estava apenas denunciando a inflação galopante dos gêneros alimentícios, mas sim indo além, afirmando que nem carne e nem leite estavam fazendo parte da dieta dos trabalhadores, fazendo coro às denúncias que o *Correio do Povo* fazia sobre a existência de um “mercado negro” que se constituía em Porto Alegre.²⁵ Mas uma das coisas que ela torna mais evidente são os problemas

²² Ver tabela nominal com vários produtos em GERTZ, 2005, p. 60. Segundo a tabela feita pelo autor, apenas o feijão reduziu o seu preço no período citado, caindo de 1,30 para 1,25 cruzeiros o quilo.

²³ *Revista Orientação Econômica e Financeira*. Porto Alegre. Ano III. n. 32, 1945. Acervo da Pontifícia Universidade Católica, p. 21. Citado em GERTZ, 2005, p. 60-61. Já em 1943, divulgando uma pesquisa preliminar sobre o padrão de vida dos trabalhadores do estado, o Departamento Estadual de Estatística afirmava que a receita mensal média de uma família chegava à 4.675 cruzeiros, enquanto suas despesas atingiam a marca de 7.012 cruzeiros, revelando um déficit de 56,40% nas rendas familiares, sendo que esse mesmo índice poderia aumentar para 126% em casos mais extremos.

²⁴ “O leite e o bife”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 23/07/1942, p. 4.

²⁵ “Os varejistas queixam-se do mercado negro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 07/08/1943, p. 8. Ver também: “Repressão ao mercado negro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/08/1943, p. 10.

tanto do abastecimento da carne como do leite entre os trabalhadores. Aqui será citado o caso do leite em específico como um exemplo de sua ação contra o problema do custo de vida.

No verão de 1942-1943, diante de uma violenta seca que atingiu o Rio Grande do Sul e prejudicou as forragens, a produção de leite diminuiu drasticamente, atingindo também Porto Alegre. Na época, o leite era produzido e distribuído pela Sociedade Anônima Beneficiadora do Leite (SABEL), que tinha uma concessão da interventoria federal do Gal. Cordeiro de Farias. Diante da guerra e do perigo de escassez de gêneros alimentícios, já em 1942 a diretoria empresa, em parceria com o governo estadual, lançou uma campanha de distribuição de leite nos bairros São João e Navegantes no Quarto Distrito, através de carros tanque que podiam levar até 500 litros de leite. A promessa da SABEL era de inclusive passar a distribuir também em bairros como Cidade Baixa, Partenon, Menino Deus e Azenha com o mesmo sistema de caminhões. Os carros tinham dois auxiliares, sendo que um dirigia e o outro se encarregava de fazer a distribuição à população, que trazia suas garrafas vazias e comprava o litro da bebida por 1.000 réis. Na época, o jornal *Correio do Povo* glorificava a medida, dizendo que a solução para o problema do leite “fora perfeitamente encontrada”.²⁶

A escolha dos bairros para começar o serviço de entrega do leite, ao que tudo indica, não foi nada aleatória e buscou contemplar exatamente a região operária de Porto Alegre. Havia problemas na pasteurização do leite, como afirmavam entrevistas com o diretor da SABEL dois dias depois da matéria sobre os carros tanques, mas ainda assim, a importância central era garantir a distribuição do leite a um preço acessível para a população.²⁷ É claro, no entanto,

²⁶ “Carros tanque para a entrega de leite à população”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 17/05/1942, p. 7.

²⁷ “O fornecimento de leite em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 19/05/1942, p. 5.

que a empresa tinha alguma margem de lucro previamente estabelecida, mas a compra dos carros tanque e da nova usina para a pasteurização de leite foram concedidas pelo governo de Cordeiro de Farias, portanto pode se deduzir que quem realizava esse investimento para garantir a distribuição do leite não era apenas a SABEL.

Esse quadro, no entanto, mudou com a seca mencionada anteriormente. A ausência de forragem diminuiu a produção de leite da SABEL, mas segundo depoimento de um dos “produtores” de leite para o *Correio do Povo* já em abril de 1943, a produção de leite já decrescia, tendo em vista que para os pecuaristas a forragem deveria ser destinada principalmente para o gado que ia para o abate e, em menor quantidade, para as vacas leiteiras.²⁸ Essa explicação, no entanto toma apenas a produção para responder o porquê da falta de leite em 1943, ignorando a parcela de culpa da SABEL, única responsável pela distribuição de leite na capital.

Enquanto o leite se tornava mercadoria escassa nos armazéns e botequins, reclamações começavam a surgir no jornal, sendo que a entidade só se pronunciaria sobre o caso semanas depois da falta de leite, atribuindo a culpa à seca. O *Correio do Povo* já dizia que o leite oferecido mal chegava à metade da remessa normal e citava o caso de um chefe de família que, depois de andar uma hora pelo centro, desabafou na redação do jornal: “Isso é uma vergonha, meu amigo! Pergunte pelo ‘Correio’ porque não existe leite em Porto Alegre. Sou um chefe de família, estou com duas filhas doentes, alimentando-se unicamente de leite e de frutas e ando, há mais de uma hora, por aí, sem nada conseguir. Peça ao governo uma providência, porque isso não está direito”.²⁹ Ainda que não se saiba a “origem de classe” dessa voz praticamente anônima

²⁸ “As verdadeiras causas da falta de leite em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 06/04/1943, p. 10.

²⁹ “Por que está faltando leite em Porto Alegre?”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 04/04/1943, p. 5.

publicada pelo *Correio do Povo*, a notícia mostrava um canal de divulgação dos problemas que os próprios trabalhadores enfrentavam. A seção de cartas do jornal conta com uma série de reclamações anônimas, sendo que muitas delas identificavam-se como oriundas de operários que não suportavam mais a alta do custo de vida na cidade.³⁰

Mas quem não reclamava diretamente no jornal podia também reclamar nas filas, esperando alguma quantidade de leite em armazéns, botequins e leiterias da cidade. Já em maio o jornal publicava uma foto com uma fila gigantesca de pessoas esperando por leite vindo de um dos caminhões da SABEL no bairro Cidade Baixa, mostrando-se preocupado com a situação alimentar de crianças e do temor que a tuberculose atingisse os trabalhadores e suas famílias desnutridas. Na legenda da foto, segue o comentário: “o leite é adquirido pelo pobre e pelo rico. O operário, porém, está diante de um problema seriíssimo: seus minguados cruzeiros não lhe permitem a aquisição de leite condensado. Ele precisa do leite que o entreposto vende para poder alimentar seus filhos”.³¹

Ao historiador cabe apenas “imaginar” o que se comentava nessas filas, as histórias que se contavam entre vizinhos e outros que, como o chefe de família que fora ao *Correio do Povo*, perambulavam pela cidade até encontrar leite. Essa troca de informações, de desgraças, de histórias, tendo em comum a busca pelo leite – que talvez não fosse sequer suficiente para as exigências da família – poderia ser muito mais amena do que as notícias nos fazem crer. Mas não se pode esquecer que durante essa crise do leite em 1943 algumas revoltas

³⁰ Em um levantamento dessas cartas durante o período de janeiro de 1942 a abril de 1945, há mais de 50 delas que se dirigem sobre a questão do custo de vida. De um total de quase 300 seções com o nome de “Queixas do Público” que apareciam no jornal, isso significa um percentual de aproximadamente 1/6 das cartas focadas nessa temática. Para mais, ver: PUREZA, 2008, p. 93.

³¹ “A falta de leite em Porto Alegre”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 13/05/1943, p. 8.

esporádicas estouravam em bairros, onde pessoas indignadas com a situação recorriam à agressão e ao roubo do leite dos caminhões. Pode-se ressaltar duas situações para mostrar o quanto esta tensão era palpável entre trabalhadores porto-alegrenses.

No dia 6 de abril de 1943, um dos caminhões de leite da SABEL passava pela avenida Bastian, no bairro Menino Deus, prestes a começar a distribuição de leite diária na região. No entanto, atendendo apenas pouco menos de 10% de milhares entre os populares, o motorista do caminhão decidiu ir embora, alegando que o leite acabara. As pessoas que não haviam sido atendidas ficaram impressionadas pelo fato do motorista e seu companheiro de trabalho ignorarem suas necessidades e correram até o veículo, cercado-o. Enfurecidos, os consumidores passaram a atirar garrafas, panelas e pedras contra o caminhão, que só conseguiu escapar graças à velocidade do automóvel.³²

A outra situação ocorrera no dia 4 de maio, 31 dias depois da tentativa de saque ao caminhão-leite no bairro Menino Deus. Um caminhão do entreposto do leite foi assaltado perto de um dos regimentos da Brigada Militar, sem informar exatamente o local. O jornal falava em “centenas de populares”, que obrigaram o condutor a fugir em grande velocidade, mas sem explicar maiores detalhes.³³ No entanto, pelo fato de ser próximo a um dos regimentos da Brigada e sem informar se ela teria realmente interferido no saque, pode se deduzir que a cifra do jornal não fora exagerada.

Ambas as notícias parecem indicar ações isoladas de “uma turba enfurecida”, um ato espontâneo que simplesmente “brotara da indignação”. Que foram ações isoladas, parece não restar dúvidas – mas as fontes podem indicar ao menos que esse tipo de ação exigia um grande contingente de pessoas

³² “Ainda a escassez de leite para o consumo da população da cidade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 07/04/1943, p. 5.

³³ “Agrava-se a falta de leite na cidade”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 12/05/1943, p. 5.

para ganhar um destaque na imprensa. Também pode se dizer que as constantes filas esperando pelo leite geravam alguma espécie de debate onde essas ações passaram a ser vistas como possibilidade para enfrentar a “arrogância” dos distribuidores. Da panela de leite vazia em casa às filas dos caminhões-tanque, havia uma constante possibilidade de indignação e que acabava sendo levada às “vias de fato” não por um, dois, ou três, mas por centenas, ou milhares de moradores (ainda que as cifras do jornal possam, é claro, conter algum sensacionalismo).

Nesse sentido, pensar nessas ações remete a uma interessante reflexão de Edward Thompson acerca da economia, enfatizando que a vida “pública” emerge de dentro das densas determinações da vida “doméstica” (THOMPSON, 2001, p. 235). A partir de problemas domésticos, podiam se construir ações que caracterizavam uma certa concepção sobre a organização econômica da sociedade por parte dos pobres. A distribuição do leite tratava-se muitas vezes de uma questão moral, que revelava limites muito práticos do “sacrifício” que os trabalhadores suportavam pela guerra, ou pelo “pacto trabalhista”. Revela-se, então, através da própria concepção de economia moral definida por Thompson, que “a hegemonia não é apenas imposta (ou contestada), mas também articulada nas relações diárias de uma comunidade, sendo mantida apenas por concessão e proteção (nos bons tempos) e, pelo menos, por gestos de amparo nos tempos difíceis.” (THOMPSON, 2005, p. 260-261).

De certa forma, o caso do leite de Porto Alegre ajuda os historiadores a perceberem um quadro de onde os atores políticos emergem das angústias vividas no seu dia a dia. Em abril de 1945, uma série de greves estouram exigindo aumento de salários, aproveitando-se do enfraquecimento da repressão da ditadura de Vargas, demonstrando um caráter bastante político em uma greve de reivindicações econômicas (Ver: PUREZA, 2008, p. 8). No mês seguinte, o Partido Comunista do Brasil organizava a sua Liga de Donas de Casa em Porto Alegre, buscando articular com as donas de casa da cidade uma organização

para enfrentar a alta dos preços que ameaçava a segurança do lar.³⁴ Ao historiador de hoje, começam a somar-se indícios para questionar a separação entre greves econômicas e greves políticas que despontam em análises que visam construir uma imagem apriorista da classe trabalhadora.

Artigo recebido em setembro de 2008; aprovado em novembro de 2008.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2006, 258 p.

CYTRINOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000, 420 p.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Garamond e EDUCS, 2004, 459 p.

GERTZ, René. *O Estado Novo e o Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005, 198 p.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, 320 p.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Os trabalhadores e o Estado Novo*

³⁴ “Em ofício à CAERGS, as donas de casa protestam contra a elevação dos preços”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, 25/05/1945, p. 4.

no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). Tese de doutorado. Campinas. IFCH-Unicamp, 2006.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979, 246 p.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 220 p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2006, 150 p.

OLIVEIRA, Francisco de. *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. In: Novos Estudos. CEBRAP. n. 74. São Paulo, março de 2006, 80 p.

PUREZA, Fernando Cauduro. “Existe uma economia moral dos trabalhadores? Apontamentos para uma história das estratégias operárias durante a Segunda Guerra Mundial.” *Revista História e Luta de Classes*. Os trabalhadores e suas organizações. Ano 4, Edição n. 5, abril de 2008, 103 p.

PUREZA, Fernando Cauduro. “A economia moral de guerra dos operários através das ‘Queixas do público’.” In: *Encontro Estadual de História – ANPUH-RS: Vestígios do passado – a história e suas fontes: caderno de resumos*. Caderno de Resumos. Ed. Oikos. Porto Alegre, julho de 2008, 224 p.

SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho.” In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, 438 p.

SILVA, Luiz Antônio Machado. “Estratégias de vida e jornada de trabalho.” In: Idem (org.). *Debates Urbanos: condições de vida das*

camadas populares. Número 6. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, 189 p.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. vol. 2. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 350 p.

THOMPSON, Edward. “Economia moral revisitada.” In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, 497 p.

THOMPSON, Edward. “Folclore, antropologia e história social.” In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, 286 p.

WEINSTEIN, Barbara; (Re) *Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, 2000, 460 p.